



SISTEMA PRISIONAL

Projeto piloto do Ministério dos Direitos Humanos oferece especialização jurídica com o objetivo de combater erros processuais e violência estrutural. Iniciativa que teve início no Rio de Janeiro deve ser ampliada para todo o país

» HENRIQUE LESSA

Um projeto do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) quer formar advogados populares para atender mulheres negras encarceradas no sistema prisional brasileiro. A iniciativa piloto abrange inicialmente as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, e contará com um investimento federal de R\$ 1 milhão na primeira fase.

Ao **Correio**, o secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Bruno Renato Teixeira, afirmou que o projeto visa combater as violências estruturais que vitimam as mulheres negras que vivem em privação de liberdade. Segundo ele, a ideia é ampliar a iniciativa para todo o país.

“É um projeto que se inicia na UFF, que já tem um núcleo de estudos e pesquisas em torno da violência e desassistência de pessoas em situação de vulnerabilidade no acesso à justiça. Será um trabalho de formação para jovens advogados no âmbito da execução penal. É um projeto modelo, mas a ideia é conseguir, no próximo ano, ampliar e levar essa experiência para outros estados do Brasil”, conta.

No primeiro semestre, foram colocados em operação dois Centros de Referência em Acesso a Direitos e Administração de Conflitos (CRADAC). Esses centros farão a capacitação desses advogados. Um dos temas apontados como central em erros processuais, que têm levado inúmeros inocentes ao encarceramento, é o processo de investigação por reconhecimento fotográfico de suspeitos de delitos. A prática é criticada por especialistas em segurança pública.

Uma das responsáveis pela iniciativa dentro do Ministério, Bruna Martins Costa, da Coordenação-Geral de Segurança Pública e Direitos Humanos, aponta que o projeto contempla uma formação que usualmente é ignorada nos cursos universitários de direito. “A perspectiva formativa para advogados e advogadas negras demonstra preocupação com a qualificação desses profissionais em um segmento (execução penal e direito penal) pouco ensinado nos cursos de direito”, destaca.

Apesar de aberta para toda a população, o diretor de Defesa dos Direitos Humanos da pasta, Felipe Biasoli, acredita que a formação de profissionais negros deve auxiliar na defesa desse segmento da população. “O processo de

Divulgação/Alma Preta



Advogados para mulheres negras presas

qualificação de advogados e advogadas negras também busca enfrentar o racismo estrutural, na medida em que oportuniza que pessoas de grupos historicamente vilipendiados possam ser protagonistas do próprio processo de

enfrentamento dessas violências”, afirma.

O secretário Bruno Renato Teixeira destaca que, apesar de não ter seletividade, haverá prioridade racial e de gênero. “Por óbvio a gente prioriza, como em todas as ações de processos seletivos do

governo federal, que se observe as questões de gênero e raça. É um segmento da advocacia que, muitas vezes, não tem acesso a formação no âmbito das universidades públicas federais. Então nos critérios de seleção também serão

observados cor, raça e gênero e, sobretudo, de condição social. Mas ele é aberto a todos os profissionais do direito”, diz.

Alta procura

A formação jurídica, com a duração de um semestre, já teve a primeira seleção, com procura bem acima das 100 vagas oferecidas para a primeira turma. “A procura foi muito grande, de jovens advogados, de advogados populares, de advogados que já atuam em instituições que fazem esse trabalho, então há uma expectativa que no próximo ano a gente consiga ampliar esse número de vagas”, ressalta Teixeira.

O projeto conta com a parceria do Instituto de Defesa da População Negra (IDPN), que já atua na formação de advogados para atuar oferecendo um atendimento humanizado com qualificação profissional para reduzir as desigualdades motivadas por gênero e raça no sistema prisional.

Também serão oferecidos outros dois cursos de extensão: “Estratégias jurídicas para os processos de execução da pena de mulheres encarceradas” e “Os desafios das nulidades da prova na prática processual penal: erros judiciais e atuação criminal em casos de reconhecimento de pessoas”.

Cada um deles deve especializar e capacitar cerca de 30 profissionais, cada. Neste segundo semestre, também devem ser ofertados cursos no formato virtual e devem ser realizados, em outubro, como parte do projeto, mutirões em conjunto com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Polarização

Questionado se a polarização política no país não poderia gerar muitas críticas ao projeto, em especial de grupos que apoiam o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Teixeira apontou que o ministério não pode se pautar por essa questão. “Não cabe ao MDHC trabalhar na execução de um projeto pensando na polarização que o Brasil viveu. O recurso investido é insuficiente para atingir a grande massa carcerária desprovida de assistência jurídica”, afirma.

“A gente não tem informação de desassistência entre as pessoas que foram presas no dia 8 de janeiro. Então, não há discrepância em priorizar essa parcela da população que ainda não tem advogados especialistas para atender na execução penal”, completa o secretário.

CIÊNCIA

Chuva revela fóssil no Rio Grande do Sul

» HENRIQUE FREGONASSE*

Pesquisadores do Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Quarta Colônia (Cappa) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) descobriram o fóssil quase completo de um dinossauro carnívoro do grupo *Herrerasauridae*, com idade estimada de 233 milhões de anos. O material foi encontrado em maio, no sítio fossilífero de São João do Polêsine, no Rio Grande do Sul, após as intensas chuvas que atingiram o estado.

As características dos ossos revelam que o espécime se trata de um dinossauro carnívoro com cerca de 2,5 metros de comprimento, conforme explicou o paleontólogo da UFSM Rodrigo Temp Müller, que liderou a equipe do Cappa. O fóssil é o segundo mais completo já descoberto no mundo e permite maior entendimento sobre a origem dos dinossauros.

De acordo com ele, esses animais são todos predadores, carnívoros — o que é possível verificar na dentição desse animal — e são bípedes. “É um material que está quase completo, o que já dá uma boa ideia de como ele era e a qual grupo pertencia. Só não tem como dizer, ainda, se é uma espécie nova ou uma já conhecida, porque temos que fazer uma análise minuciosa”, diz.

Para o paleontólogo da Universidade Regional do Cariri (URCA), Álamo Feitosa Saraiva, a descoberta é extremamente importante para a paleontologia mundial, pois permite um maior entendimento sobre a origem dos dinossauros. “Existem poucos espécimes desse período no mundo, entre 252 e 201 milhões de anos atrás. Os dinossauros que apareceram depois, no período Jurássico

Cretáceo, tiveram origem a partir desses grupos mais basais. A descoberta de um dinossauro que nunca, ou muito raramente, é encontrado completo, vai dar luz dentro desse processo de entender o surgimento desse grupo”, reforça o pesquisador.

A área em que se encontra o sítio, onde o espécime foi encontrado, possui características raras relacionadas à preservação de rochas sedimentares no solo. Essa preservação, que os pesquisadores dizem ser um “milagre paleontológico”, permitiu a extração de outros fósseis da região da depressão central do RS.

“Aqui na região, chamada de depressão central do estado do Rio Grande do Sul, afloram rochas do período Triássico, rochas sedimentares. É nesse tipo de rocha que os fósseis se preservam, por isso temos acesso a esses fósseis”, conta Saraiva. Segundo ele, em 2012 foi descoberto na mesma região o fóssil de um *Macrocollum* de cerca de 225 milhões de anos de idade, primeiro dinossauro completo do Brasil.

Enchentes

As enchentes que afetaram o Rio Grande do Sul acabaram facilitando a descoberta de novos fósseis. A equipe do centro de pesquisa explica que as chuvas naturalmente são responsáveis por revelar novos materiais na região central do estado em todos os anos, mas que o mesmo processo de erosão que revela esses fósseis também os destrói e os deixa mais vulneráveis às intempéries.

O Cappa realiza constantes monitoramentos na região, buscando evitar que novos fósseis sejam expostos às

Janaina Brand/ Cappa



Descoberta permitirá maior entendimento sobre a origem dos dinossauros

chuvas e danificados, trabalho que foi intensificado durante as enchentes. “As chuvas, de certa maneira, ajudam a gente a encontrar os fósseis, porque elas vão causando erosão e isso vai expondo-os lentamente, então a gente consegue ir para o campo, para o sítio, e coletar esses materiais. Desta vez, a gente teve um volume muito elevado de chuvas e isso não só expôs alguns novos materiais, como também já estava danificando eles”, relata Rodrigo Müller.

De acordo com o paleontólogo, é provável que alguns materiais menores tenham se perdido. “O espécime que a gente encontrou, parte da cintura pélvica, a região da bacia e parte da perna, já tinham sido perdidas pela erosão. Se a gente não tivesse chegado a tempo, talvez não teríamos como recuperar esse material”, afirma.

Repatriação

Atualmente, segundo o Novo Guia Completo dos Dinossauros do Brasil, livro do paleontólogo Luiz Eduardo Anelli, que conta com detalhes onde e por quem foram coletados os fósseis brasileiros, cerca de 54 espécies foram encontradas e catalogadas em território nacional.

Desde 2014, o paleontólogo Álamo Feitosa Saraiva se dedica à proteção e repatriação dos fósseis brasileiros. “Existem, atualmente, 14 pedidos de repatriação. Eu participo desse processo denunciando a venda e posse de fósseis de origem brasileira, além de dar laudos técnicos. Depois da denúncia, o procurador da República entra em contato com o museu, site ou dono de uma coleção pedindo esses fósseis”, conta.

O pesquisador afirmou que, no ano passado, duas repatriações foram muito importantes para o Brasil, além do fóssil do dinossauro Ubirajara Jubatus, que foi devolvido ao Ceará em junho do ano passado, após quase 30 anos na Alemanha.

Álamo destaca ainda a repatriação de 998 fósseis vindos da França para o Ceará, em dezembro. “Esse trabalho de devolução vem de um processo iniciado em 2013. Não é uma coisa rápida, que você estala os dedos e diz ‘é meu’ e eles respondem ‘tá bom, vou mandar de volta’. Não é bem assim. Esta já é a terceira repatriação em que a gente teve sucesso, e espero que ocorram muitas outras também”, comemorou.

*Estagiário sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza